

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

(Do Sr. Julio Lopes e outros)

Solicita informações ao Sr.
Ministro da Fazenda sobre a política de
juros.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

Como se sabe, a política de juros tem se constituído, através dos tempos, em instrumento dos mais utilizados pelos governos, dos mais diferentes países, nos processos de contenção da inflação. O mesmo ocorre no Brasil. Só que, em nosso caso, a política de juros posta em prática desde o advento do Plano Real, tem levado os juros reais a níveis recordes, e até desconhecidos em outros países. Obviamente, assim o tem sido em virtude de peculiaridades de nossa economia e da política de estabilização que vem sendo utilizada. Dessas, algumas podem decorrer de características básicas de nossa cultura, pouco mutáveis a curto prazo. Outras não. Tanto que não impediram, no passado, a adoção de políticas de juros de alta eficácia, e que não submeteram os brasileiros a taxas reais de juros tão elevadas quanto as que vem se observando desde 1994.

Dessas nossas características especiais, é de supor que muitas resultem de normas legais de responsabilidade do Congresso Nacional. Assim, no interesse de identificar e modificar tais normas, para viabilizar a redução das taxas de juros praticadas no País, principalmente no crédito ao consumidor, julgamos necessário contar com as seguintes informações:

- 1) Evolução das taxas nominais de juros cobradas pelas instituições bancárias, no financiamento dos cheques especiais e na aquisição de bens de consumo, nos seis meses mais recentes, para os quais já existam dados estatísticos;
- 2) Origem e custos dos recursos financeiros alocados pelas instituições bancárias na concessão dos financiamentos de que trata o item anterior;
- 3) As razões para as diferenças entre os custos dos recursos de que se trata o item anterior e as taxas nominais de juros de que se trata o item

primeiro, com identificação, quantitativa, das parcelas correspondentes a cada razão informada.

Sala das Sessões, em de 2003

Deputado Julio Lopes

2º Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

Deputado Givaldo Carimbão

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

Deputado Nelson Bornier

1º Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

Deputado Celso Russomanno

Titular da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.